

CASTELNAU L'ESTOILE, Charlotte de (2022). *Páscoa e seus dois maridos. Um romance inspirado na história real de Páscoa Vieira, uma escrava entre Angola, Brasil e Portugal*. Trad. Miguel Freitas da Costa. Alfragide: Edições ASA II, 255 pp., ISBN 978-989-23-5424-8.

O livro *Páscoa e seus dois maridos*, da autoria de Charlotte de Castelnau L'Estoile, apresenta a vida de uma escravizada negra, Páscoa Vieira, a partir da reconstituição do processo inquisitorial que lhe foi movido sob a acusação de bigamia. Tanto a escravizada como o processo se revestem de características particulares. Páscoa foi submetida a processos de escravização em Massangano e em Salvador da Baía, e duas vezes casada, em África e no Brasil. Denunciada por ser ainda vivo o seu primeiro marido quando desposou o segundo, caiu na rede da Inquisição e foi-lhe movido um processo que decorreu em três continentes.

Charlotte de Castelnau L'Estoile é historiadora e professora de História Moderna na Universidade de Paris, e tem dedicado boa parte da sua investigação à História do Brasil. O livro, publicado inicialmente em 2019, em França, foi laureado, em 2020, com os prémios *Prix Lycéen du Livre d'histoire* e *Prix du Sénat du Livre d'histoire* e foi traduzido e publicado no Brasil (2020) e em Portugal (2022).

Utilizando como fonte principal o processo da Inquisição (114 fólios), resultante de uma investigação judiciária que decorreu entre 1693 (denúncia) e 1700 (sentença), a autora teve como objetivo, partindo do inquérito inquisitorial, “reconstituir os contornos de um mundo atlântico escravagista, espreado por três continentes ... [e] também apresentar aos leitores uma figura e uma voz de mulher que, se bem que escrava, tentou construir a sua vida e fazer frente às provações” (p. 16).

Num hábil exercício de aplicação de micro-história num contexto caro à história global, com a qual dialoga, Castelnau L'Estoile, tendo como fio condutor a vida de Páscoa – narrada no seu processo –, analisa temas e processos no âmbito da escravatura, da colonização, da evangelização, da missionação, da Inquisição portuguesa e do império português. Considerando como ponto de partida a acusação de bigamia, a autora explora a relação entre escravatura e cristianização; as relações entre Inquisição e Episcopado, questão que não aprofunda, sobretudo no tocante às razões que justificam o facto de este caso ter seguido para a Inquisição; aborda a doutrinação e os mecanismos de disciplinamento das populações escravizadas; destaca a importância do casamento de escravizados, tanto para a Igreja como para os próprios escravos, chamando a atenção para a forma como este sacramento foi passível de ser ‘instrumentalizado’ por escravizados para justificar desvios, alegando, por

exemplo, que os ritos não haviam sido realizados corretamente (do que o caso de Páscoa é ilustrativo). Num constante jogo de escalas, que faz mover a análise desde o sertão de Angola, para a movimentada Salvador da Baía e a capital do império, Lisboa, a autora coloca em evidência as deslocações que se realizavam, bem como as dificuldades e contingências a que estavam sujeitas, salientando a circulação atlântica.

Páscoa, nascida escrava em Angola, ali casada com outro escravizado, Aleixo, foi vendida e embarcada pelo seu amo para o Brasil, como castigo pelas suas várias fugas e infidelidades. Pouco depois de aí chegar, casou com Pedro Arda, também escravizado. Sendo reconhecida, foi denunciada à Inquisição por bigamia, uma vez que o seu primeiro marido ainda estava vivo. No direito canónico, o crime de bigamia era invocado quando existiam dois casamentos sacramentais, sendo o primeiro cônjuge vivo quando do segundo casamento. O tribunal avançou com um inquérito realizado à escala atlântica: em Angola (Luanda e Massangano), no Brasil (Salvador da Baía) e em Portugal (Lisboa). Ao longo dos sete anos do processo inquisitorial, foram ouvidas 25 testemunhas, com segredo absoluto, e apenas Páscoa cruzou o Atlântico, dado que todo o procedimento inquisitorial foi realizado através da rede de oficiais inquisitoriais, oficiais e *ad hoc*, numa relevante gestão de meios. Não é de somenos importância que, em finais do século XVII e inícios do século XVIII, uma escravizada, mulher, tenha viajado por três continentes.

O livro é composto por oito capítulos, prólogo, introdução, epílogo, dois mapas e bibliografia. A autora faz uso de inúmeras transcrições do processo permitindo ao/à leitor/a o contacto próximo com a fonte.

No primeiro capítulo, “A denúncia”, e para contextualizar esta que foi feita pelo amo brasileiro de Páscoa, a autora apresenta uma breve história da Inquisição, da sua presença no Brasil e do medo que incutia na população – “Francisco Álvares Távora, o denunciante, é movido pelo «temor»” (p. 26) –. Aproveita também para refletir sobre a ligação existente entre população escravizada e livre, pensando no facto de que a escravizada foi reconhecida no Brasil, por um primo do amo que regressava de Angola. Não só reconheceu a mulher como sabia da sua situação de casada. Castelnau L’Estoile apresenta, ainda, algumas reflexões sobre a coexistência entre cristianismo e escravatura, aspeto que, na verdade, esteve na base do processo instaurado a Páscoa.

O segundo capítulo, “Um Inquérito Judiciário à Escala do Atlântico”, dá início ao processo propriamente dito. Tomada a decisão de avançar com o inquérito, destaca-se a minúcia da Inquisição, salientando as especificações formais dos inquisidores nas indicações que fizeram seguir para Angola e Brasil. As perguntas e os ‘atores’ (inquiridores e inquiridos) foram pormenorizadamente estabelecidas

e transmitidas. Em Salvador da Baía foram ouvidas cinco testemunhas. A autora aborda os casamentos entre escravizados, no seguimento da informação de que foi anexa ao processo cópia da certidão de casamento de Páscoa e Pedro. Seguem-se os testemunhos recolhidos em Angola (Luanda): foram ouvidas seis testemunhas e anexada uma declaração do prior de Massangano. Tratam-se as relações entre Angola e o Brasil, realçando a autora que a

história de Páscoa é uma ilustração da *Angola brasílica*, expressão que sublinha a complementaridade entre os dois espaços do Brasil e da África Central, ou seja, esse conjunto particular do Atlântico Sul que se desenvolveu entre dois litorais e um oceano, Angola forneceu desde a década de 1580 uma grande parte dos escravizados do Brasil (p. 69).

O terceiro capítulo, “O Bem da Justiça”, sustenta a prudência do tribunal que, não conseguindo obter prova cabal do primeiro casamento, decidiu pela recolha de novos testemunhos para verificação e corroboração do que já havia sido apurado. Uma questão é premente: não se encontrou nem o registo do primeiro casamento nem testemunha do mesmo. Assim, seriam agora ouvidos o antigo amo e Aleixo, o primeiro marido.

Em “Massangano: O Antigo Mundo de Páscoa”, o quarto capítulo, descreve-se o seguimento do inquérito no sertão de Angola, na fortaleza de Massangano. Foram ouvidas quatro testemunhas da família dos amos angolanos e Aleixo, o suposto primeiro marido. Fornece-se ao leitor, agora, acesso a informação mais pessoal e pormenorizada sobre Páscoa, o primeiro marido, o casamento e o contexto em que ela viveu até ser embarcada para o Brasil. Destacam-se as genealogias apresentadas, dos amos, mas, sobretudo, dos escravizados, a que se juntam algumas considerações sobre a sociedade luso-africana da época e sobre Massangano, a sua história e importância estratégica. Aborda-se a escravidão no Brasil e em Angola e a travessia do Atlântico no contexto do trato, ressaltando o facto de Páscoa não ter seguido o percurso habitual, sendo inserida num contexto de venda privada.

O capítulo 5, “Contrainquérito na Baía: Pedro Arda e Páscoa em Ação”, afasta-nos do processo, num interregno em que tomamos conhecimento da diligência levada a cabo pelo casal Páscoa Vieira e Pedro Arda procurando obviar a separação a que foram sujeitos, em virtude da venda de Pedro (cautela do seu amo, depois de saber que Páscoa já seria casada). Pedro Arda recorreu ao tribunal episcopal para reaver o direito de viver com a sua esposa. Este capítulo é interessante sobretudo em dois aspetos: a *agência* dos escravizados, que apelam para a autoridade episcopal procurando resolver a sua separação; a

capacidade de Páscoa contactar a mãe, em Massangano, e dela obter informações úteis ao seu processo. Neste interlúdio, vemos, por um lado, os escravizados em ação e, por outro, o secretismo do processo inquisitorial, desconhecido dos escravizados e da instituição judicial eclesiástica à qual se dirigiram.

O sexto capítulo, “Presunção de Culpa: Uma Mulher em Frente aos seus Juízes”, explora a prisão de Páscoa, no Brasil, e a consequente viagem para Lisboa, que durou cerca de dois meses e meio. “Ouvimo-la”, finalmente, contar a sua versão dos factos. “Vemo-la”, em frente aos juízes a quem nunca cedeu. A sua defesa é a de que o primeiro casamento não era válido, “pois não houve as palavras e os gestos da troca de consentimento que fazem o casamento segundo o direito canónico e as regras tridentinas” (p. 147), a que acrescenta que “mal estava cristianizada na época em que vivia em Angola. É certo que fora batizada, mas não conhecia nem a língua portuguesa, nem as orações fundamentais da Igreja” (p. 148). Páscoa tinha a noção do que estava em jogo e sabia como se defender. Percebemos a “violência” (não física, mas psicológica) dos inquéritos e a persistência da ré que acabou considerada culpada, sendo condenada a três anos de exílio em Castro Marim.

No sétimo capítulo, “O Casamento Escravo e o que está em Jogo”, é dado destaque à questão do casamento de escravizados, os debates teológicos que gerou, as reflexões que propiciou, a teoria produzida e o que na prática foi, de facto, executado. É apresentado frei João Romano, o missionário capuchinho que realizou o primeiro casamento, discutindo-se se, na verdade, não teria Páscoa razão sobre a não conformidade da cerimónia com os preceitos tridentinos. Com este pano de fundo, é abordada a missão em África.

O oitavo capítulo, “Exílio e Nostalgia do Brasil”, trata da sentença e da execução da pena. Analisa-se o auto da fé e a trajetória de Páscoa para o exílio. É possível perceber, então, uma última iniciativa sua: um pedido para encurtar a pena, depois de dois anos, que foi aceite. Mas a partir daqui nada mais sabemos.

Este é um caso *sui generis*, cuja apresentação nos faz discorrer sobre a escravização de seres humanos de origem africana no mundo atlântico; refletir sobre o modo como, no seio da Igreja, se foi ponderando a questão da escravatura; e avaliar como populações subalternizadas utilizaram o direito e o matrimónio para resistir e afirmar a sua identidade face aos colonizadores. Uma escravizada, de um universo de milhões, salta para a boca de cena em função de uma conjugação de fatores: a sua venda para o Brasil, o seu reconhecimento, o momento da candidatura do seu amo à prorrogação do cargo de notário público, a recente chegada à Baía do comissário da Inquisição de Lisboa.

A autora reconhece a limitação da fonte, desde logo preparada por homens da Inquisição, portanto, é a sua visão parcial que estamos a analisar. É a vida de uma

mulher escravizada apresentada pela pena de quem procurava, apenas, provas de bigamia. Páscoa foi, assim, descrita como uma mulher preta escravizada (e, depois, alforriada), inconformada com o seu destino que procurou amenizar – vejam-se as fugas que levaram a que fosse vendida, ou a tenacidade frente aos inquisidores, mantendo sempre a sua versão dos factos. Adaptou-se às circunstâncias e enfrentou-as com argúcia, pensemos na nova vida no Brasil, ou na linha de defesa que seguiu (a invalidade do primeiro matrimónio, cuja cerimónia não seguiu a norma tridentina, e o seu desconhecimento da doutrina cristã à época).

Dois apontamentos finais: por um lado, considero que teria sido interessante e útil informação mais detalhada sobre a estrutura e o funcionamento da Inquisição; sobre os mecanismos de disciplinamento das populações escravizadas e os seus limites; e uma explicação mais fundamentada da tensão entre Inquisição e Episcopado relativamente à jurisdição sobre a bigamia. Por outro lado, creio ser redutora a forma como a autora tenta fazer a ligação da história de Páscoa à história de género, afirmando que: “Abordar as questões do casamento do ponto de vista de uma mulher escrava permite uma história de género, isto é, que tenha em conta as relações entre os homens e as mulheres.” (p. 224). Falar de género é muito mais do que compreender as relações entre homens e mulheres. Poderia ter feito esse diálogo através, por exemplo, de uma reflexão sobre como a escravidão promoveu a construção de uma violência de género sobre as mulheres de cor (ainda hoje sentida).

A autora reconhece que pretendeu fazer diferente do que habitualmente se fez no estudo da escravatura, fugindo à história centrada nos números e procurando, na senda das tendências historiográficas recentes, humanizá-la, abordar os escravizados ‘por si’, enquanto sujeitos atuantes, com todas as limitações que advinham do seu estatuto. Privilegiou a individualidade e a história da vida. Creio que teve sucesso e que nos apresenta uma obra com relevância historiográfica, que contribui, entre outros campos, para as histórias da escravatura, da cristianização, do Brasil e de Angola. O seu estudo é também ilustrativo da importância e das possibilidades da “história vista de baixo”, no caso concreto, do mais baixo “estrato” da sociedade: uma mulher, escravizada, julgada e condenada.

CARLA ROSA

Universidade de Coimbra, Faculdade de Letras

crmargarida@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0001-5391-2132>



